

SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE – VEREADOR CARLOS ENRIQUE CIVEIRA – DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO/RS.

PROCESSO 02/2020

MARI ELISABETH TRINDADE MACHADO, já qualificada, vêm à presença de Vossas Excelências, por intermédio de sua procuradora signatária, apresentar **RAZÕES ESCRITAS**, com fulcro no inciso V, art. 5º, do Decreto lei nº 201, de 27 de Fevereiro de 1967, em face da denúncia protocolada, nesta Casa legislativa, nos termos que passa a expor:

### BREVE SÍNTESE

Dignos parlamentares, conforme documentos juntados anteriormente, foi protocolado na Câmara Municipal de Sant'Ana do Livramento/RS, "Pedido de Abertura de Processo de Cassação do Mandato Eletivo da vice-prefeita eleita do Município". O pedido foi protocolado pelo Sr. HILTON RIVAIR GADEA DA SILVA, no dia 10 de março de 2020.

Assim, a denunciada foi notificada, no dia 18 de março, para que apresentasse a defesa prévia no prazo de 10 dias, conforme determina o Decreto-Lei 201/67. No entanto, nesse intervalo houve suspensão dos prazos, o que culminou em um prazo postergado até o dia 27 de abril de 2020.

Após, foram marcadas as oitivas das testemunhas apresentadas pela defesa, cujo rol pode-se conferir na referida defesa prévia, nos dias 14 e 15 de maio do corrente ano.



No dia 01 de junho, foi marcada sessão para oitiva da denunciada, o que, de fato ocorreu. Na mesma data, a defesa foi intimada para apresentar razões escritas, no prazo de cinco dias, conforme prevê o inciso V, art. 5º, do Decreto lei nº 201, de 27 de Fevereiro de 1967, o que faz, pela presente peça.

## DO MÉRITO

Primeiramente, a denunciada reforça e ratifica todas as razões e argumentos apresentados em sua defesa prévia, a que ora se reporta.

Por segundo, para não se tornar maçante, a denunciada demonstrou no decorrer do processo que não há razão para a procedência da denúncia em virtude que logrou provar, através da prova documental e prova testemunhal, todas as alegações expostas em sua defesa, senão, vejamos:

Conforme ampla prova testemunhal produzida, verificou-se através dos depoimentos do Procuradores Terry Rosado Maders, Daiane Tavares Batista, Hanney Cid Har Cavalheiro Jr. e Leandro Novelli Krause, que a denunciada não teve conhecimento dos fatos que geraram a ação judicial nº 5001668-32.2016.4.04.7106 que culminou na aplicação de multa ao Município. Pelo contrário, todos os procuradores foram unânimes em afirmar que a denunciada ao tomar conhecimento da forma de organização e funcionamento da Procuradoria Jurídica do Município, logo tratou de corrigir as questões relativas à gestão de processos físicos e eletrônicos, na medida em que, através da ordem de serviço 001/2019, estabeleceu uma nova organização na Procuradoria Jurídica Municipal, para fins de evitar a perda de prazos e uma melhor distribuição processual.

Ademais, resta evidente através da prova documental produzida, especialmente nos documentos anexados junto à defesa prévia de nº 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12, bem como documentos às fls.313/317, 471/471-v, que no momento em que a denunciada assumiu como Prefeita Municipal, determinou a correção do Portal da Transparência, dando condições de que a Procuradoria do Município atuasse no processo judicial de



forma a lograr êxito na redução da multa imposta a municipalidade. O QUE DE FATO OCORREU.

Tais fatos são reforçados pelo depoimento do servidor Thiago Nunes Moreira, o qual foi claro ao afirmar que tão logo a denunciada assumiu como Prefeita Municipal, lhe determinou pessoalmente que o mesmo fizesse uma busca nos documentos relativos ao portal da transparência, que adotasse todas as medidas necessárias para regularizar referido portal, bem como, instrumentalizasse a Procuradoria Jurídica de documentos e informações capazes de proporcionar a defesa processual do Ente Público, com objetivo de redução ou exclusão da pena pecuniária aplicada nos autos do processo nº 5001668-32.2016.4.04.7106.

De outra banda, os servidores públicos que exercem ou exerceram suas funções junto ao setor de DTI da Prefeitura Municipal Sr. Humberto Menezes da Trindade e Sr. Hernani Pereira Carvalho, deixaram claro e cristalino, que no ano de 2017, não informaram e não entregaram à vice-prefeita, ora denunciada, quaisquer documentos ou informações relativas ao Portal da Transparência ou inerentes ao processo judicial nº 5001668-32.2016.4.04.7106, posto que o referido setor era subordinado à Secretaria de Administração, órgão para o qual encaminhavam os documentos em oriundos do DTI.

Da mesma forma, analisando-se os documentos carregados aos autos ou mesmo do andamento processual, não se vislumbra qualquer informação, memorando, ofício, intimações, ou qualquer outro documento administrativo ou judicial que tenha sido encaminhado à vice-prefeita.

De tudo que nos autos consta, resta comprovado a ocorrência de uma sucessão erros no trabalho interno na Procuradoria Jurídica Municipal, ocorridos ainda no ano de 2016, que se prolongou até o ano de 2019, quando, o então Procurador Geral Dr. Ramzi Zeidan, designou o procurador concursado, Dr. Terry Rosado Maders, para atuar no processo judicial nº 5001668-32.2016.4.04.7106, conforme o próprio depoimento do servidor Sr. Terry. Inclusive, no ano de 2020, a Procuradoria Jurídica após analisar



os fatos que vieram a público, solicitou a abertura de Sindicância Investigativa, o que de pronto, foi deferido pela denunciada, Prefeita em exercício à época (fls. 319/320).

Ter conhecimento ou controlar processos judiciais são atividades que fogem totalmente ao controle do gestor municipal e mais ainda da vice-prefeita, a quem não tem a competência de representar judicialmente o município, conforme Lei Municipal (322/324). Não há como o gestor municipal ou a vice-prefeita, mesmo que essa substitua o Prefeito por alguns dias ou horas, ter conhecimento do andamento judicial de cerca de 14.000 (quatorze mil) processos.

A omissão da denunciada, conforme alegado na denúncia, somente teria razão se esta de alguma forma tivesse conhecimento do processo judicial que gerou a multa ao Município. Todavia, a peça inicial não demonstrou tal omissão e toda a prova produzida é cabal e capaz de demonstrar de forma **inquestionável** que a denunciada, não teve conhecimento dos fatos à época e, por esta razão, não poderia agir diante do problema ou adotar qualquer medida corretiva.

**Tanto é verdade, que no momento em que a denunciada teve conhecimento dos prejuízos que poderiam ser ocasionados ao município, adotou imediatamente as medidas de gestão que lhe competiam, conforme corroboram os depoimentos testemunhais e a vasta prova documental.**

Por outro lado, a denúncia também não deve proceder, na medida em que alega prejuízo aos cofres públicos, o que efetivamente ainda não ocorreu. Cabe dizer que da última decisão exarada nos autos do processo judicial nº 5001668-32.2016.4.04.7106 (fls. 471/471-v), ainda cabe recurso, tanto do Município, quanto do Ministério Público Federal. Portanto, o alegado dano ao erário público, **NÃO EXISTE!** Não há trânsito em julgado da decisão de cumprimento de sentença. Até o momento, nenhum recurso foi despendido pelo Município.

Nobres vereadores, de todos os relatos apresentados e devidamente, comprovados, através dos inúmeros documentos juntados, constata-se, **QUE A DENUNCIADA NÃO TEM NENHUMA RESPONSABILIDADE SOBRE OS FATOS ALEGADOS NA DENÚNCIA, NA MEDIDA EM QUE NÃO TINHA CONHECIMENTO DO PROCESSO JUDICIAL, DA**



**SENTENÇA OU DA PRÓPRIA MULTA, ALÉM DE NÃO TER RESPPONSABILIDADE DE REPRESENTAÇÃO JUDICIAL DO MUNICÍPIO.**

Em nenhum momento a denunciada recebeu qualquer intimação pessoal e quando tomou conhecimento dos fatos, adotou **IMEDIATAMENTE TODAS AS AÇÕES NECESSÁRIAS PARA EXCLUIR A MULTA APLICADA AO MUNICÍPIO E NÃO CAUSAR PREJUÍZO AO ERÁRIO PÚBLICO**, conforme os documentos demonstram.

A denúncia não demonstra nenhuma ação ou omissão praticada, de fato, pela denunciada, que tenha gerado prejuízo aos cofres municipais, muito menos INFRAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA, passível de ser punida com cassação de mandato.

Contudo, ao contrário do alegado, ficaram claros os atos de gestão da denunciada, que ao assumir o cargo de Prefeita Municipal e ao tomar conhecimento da multa aplicada ao Município, logo cuidou de agir em defesa do bem público, adotando as medidas que lhe competiam, como a determinação para revogação da Ordem de serviço que impediam os procuradores concursados de atuar, dando total liberdade e recursos aos servidores do DTI, para que rapidamente cumprissem as recomendações do Ministério Público, finalizando o Portal da Transparência.

Por fim, importante frisar que nesta casa tramitou o Processo 01/2020, com o mesmo objeto deste processo, em desfavor do Prefeito Solimar Charopen Gonçalves, o qual restou absolvido por esta casa legislativa, tendo seu processo Arquivado pelo Presidente da Casa.

Portanto, não se pode esperar do Poder Legislativo outra decisão, que não seja a de absolvição da denunciada no presente processo, posto que já houve absolvição do Gestor Municipal à época dos fatos elencados na denúncia.

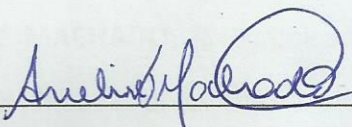
Uma vez que não houve, com toda razão, identificação de infração político-administrativa pelo Prefeito, gestor Municipal, não há de ser reconhecida tal infração sobre ações ou omissões da vice-prefeita, posto que ambos os processos versam sobre os mesmos fatos. A improcedência da denúncia se impõe sob pena de ocasionar uma injustiça sem precedentes dentro desta digníssima casa legislativa.

## PEDIDO

Por todo exposto, requer, como forma de justiça, que seja julgada improcedente a denúncia, pelos motivos aqui declinados, declarando-se a absolvição da denunciada, em face da manifesta inexistência dos atos de infração político-administrativa grave.

Nesses termos, Pede deferimento.

Sant'Ana do Livramento, 04 de Junho de 2020.



ANELISE TRINDADE MACHADO

OAB/RS 112.511